



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE  
PROCURADORIA

---

**PROCESSO:** 916/2025

**INTERESSADO:** Colenda Comissão  
Permanente de Justiça e Redação - CPJR

**ASSUNTO:** Projeto de Lei nº 11/2025 – Autoria  
do Poder Executivo – Autoriza o Poder  
Executivo a contratar operação de crédito.

Sr. Presidente da Câmara Municipal:

**1- Relatório**

Vossa Senhoria encaminhou para análise o Projeto de Lei em epígrafe, proposto pelo Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito.

Aos autos foram juntadas cópias: do texto do projeto de lei e da exposição de motivos.

**2- Do projeto de lei objeto de estudo**

O artigo 63, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal estabelece que compete privativamente ao Prefeito contrair empréstimos para o Município, mediante prévia autorização da Câmara.

Portanto, correto o encaminhamento de projeto de lei com tal conteúdo para o Poder Legislativo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe a respeito da definição e sobre as condições jurídicas para a contratação de operações de crédito.

De acordo com a mencionada lei complementar federal, operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título e aquisição financiada de bens (art. 29, inc. III).

A mesma lei complementar exige a demonstração do interesse econômico e social da operação e dispôs sobre as condições que precisam ser observadas para a contratação (art. 32, § 1º), sendo estas:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

A leitura atenta do projeto de lei encaminhado para parecer demonstra que tais exigências foram observadas.

A demonstração de interesse econômico e social foi feita na exposição de motivos. O inciso I está contemplado no próprio projeto de lei, pois é uma lei específica. O inciso II consta do artigo 3º do projeto de lei. O inciso III e IV não se aplicam, vez que cuidam de empréstimos contraídos pela União.

No mesmo sentido, está o cumprimento do inciso V.

O artigo 167, inciso III, da Constituição da República estatui:



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

---

Art. 167. São vedados:

(...)

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

Para a correta interpretação desse dispositivo, necessária a leitura do § 3º, do artigo 32, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas

Então, o que a Constituição proibiu com esse dispositivo é que o Poder Público contraia empréstimos em valor superior às despesas de capital<sup>1</sup>, e a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que esse limite será composto pelo total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas.

Trata-se de mais um esforço do legislador federal para que não se obtenham empréstimos com a finalidade de cobrir despesas correntes<sup>2</sup>, em valor maior que as despesas de capital. Isso porque, um dos pilares da gestão fiscal responsável é que as despesas correntes sejam executadas a partir de recurso próprios do ente e não por meio de empréstimos.

---

<sup>1</sup> Despesas de capital são gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza.

<sup>2</sup> Gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE**  
**PROCURADORIA**

---

Como o projeto de lei sob análise trata da obtenção de empréstimos para investimentos (despesas de capital), conforme previsão expressa de seu artigo 1º, decorre logicamente o atendimento do comando constitucional e legal.

### **3. Conclusão**

Diante de todo o exposto, não se vislumbram óbices ao projeto de lei apresentado.

Santa Bárbara d'Oeste, 10 de fevereiro de 2025.

**RODRIGO FORNAZIERO CAMPILLO LORENTE**

Procurador Legislativo



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE**

## **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=6209WR83MY9959V5>, ou vá até o site <http://santabarbara.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 6209-WR83-MY99-59V5**



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO Nº - CHAVE: 6209-WR83-MY99-59V5